

Itaú Corretora de Valores S.A.

CNPJ nº 61.194.353/0001-64
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas a 31/12/2025 para contas patrimoniais e ao período de 01/01 a 31/12 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

São Paulo, 11 de março de 2026.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL <i>(Em milhares de reais)</i>									
Ativo	Nota	31/12/2025							
Circulante e Não Circulante		8.388.090							
Disponibilidades		21.153							
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c II	2.932.142							
Aplicações no Mercado Aberto		2.705.916							
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		226.226							
Títulos e Valores Mobiliários	2c II	668.432							
Carteira Própria		604.402							
Vinculados		64.030							
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	2c IV	180.993							
Ativos Fiscais Correntes		127.305							
Ativos Fiscais Diferidos		53.688							
Outros Ativos	3a	4.585.370							
Permanente		557.593							
Investimentos	2c III	557.366							
Participações em Investidas		557.366							
Imobilizado		227							
Imóveis		11.525							
Outras Imobilizações		6.225							
(Depreciações Acumuladas)		(17.523)							
Intangível		-							
Ativos Intangíveis		65.869							
(Amortização Acumulada)		(65.869)							
Total do Ativo		8.945.683							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO <i>(Em milhares de reais)</i>									
Reservas de Lucros									
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total	
Saldos em 01/07/2025		1.650.000	22.232	249.787	1.477.132	425	-	3.399.576	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(184.752)	-	-	-	
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	139	295.278	295.417	
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	295.278	295.278	
Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	139	-	139	
Destinações:									
Reservas		-	-	14.764	170.886	-	(185.650)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	(10.880)	(10.880)	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(98.748)	(98.748)	
Saldos em 31/12/2025	7	1.650.000	22.232	264.551	1.463.266	564	-	3.400.613	
Mutações do Período		-	-	14.764	(13.866)	139	-	1.037	
Saldos em 01/01/2025		1.600.000	22.232	244.590	1.428.384	320	-	3.295.526	
Aumento / (Redução) de Capital		50.000	-	-	(50.000)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(184.752)	-	-	(184.752)	
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	244	399.223	399.467	
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	399.223	399.223	
Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	244	-	244	
Destinações:									
Reservas		-	-	19.961	269.634	-	(289.595)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	(10.880)	(10.880)	
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(98.748)	(98.748)	
Saldos em 31/12/2025	7	1.650.000	22.232	264.551	1.463.266	564	-	3.400.613	
Mutações do Período		50.000	-	19.961	34.882	244	-	105.087	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Corretora de Valores S.A. (ITAÚ CORRETORA ou empresa) é uma companhia fechada que tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários e câmbio pelas disposições legais e regulamentares. As operações da ITAÚ CORRETORA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão. A ITAÚ CORRETORA adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução BCB nº 352/23 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 102 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2 b I – Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2025

Resolução BCB nº 352/23 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

A empresa considera que as novas classificações de instrumentos financeiros e alteração do provisionamento de perda esperada associadas ao risco de crédito não produziram efeitos no Patrimônio Líquido.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

II - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Demonstrado no Balanço Patrimonial em Títulos e Valores Mobiliários.
- b) **Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros**

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

III - Investimentos

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável. Os investimentos da empresa são representados por controladas.

IV - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

V - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

NOTA 3 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Negociação e Intermediação de Valores

Representadas pelos saldos das operações por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação, nos termos da Resolução nº 4.373, de 29/07/2014, do CMN, os quais serão utilizados pela empresa como garantia junto às câmaras de liquidações B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC ou *Clearings*, face às operações realizadas no mercado brasileiro, dentro do prazo regulamentar, como segue:

	31/12/2025
Ativo	4.519.893
Devedores Conta Liquidações Pendentes	4.519.614
Outros Créditos para Negociação e Intermediação de Valores	279
Passivo	4.764.605
Proventos sobre Rendimentos de Terceiros	195.785
Caixa de Registro e Liquidação	260.594
Valores a Repassar a Clientes referentes a Eventos com Debêntures	15.641
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	964.256
Outras Obrigações para Negociação e Intermediação de Valores	3.328.329

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 8a.

Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	31/12/2025	
Circulante e Não Circulante		5.545.070	
Depósitos	2c II	257.872	
Outros Depósitos		257.872	
Demais Provisões		17.556	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2c IV	97.109	
Obrigações Fiscais Correntes		91.803	
Obrigações Fiscais Diferidas		5.306	
Outros Passivos	3a	5.172.533	
Patrimônio Líquido	7	3.400.613	
Capital Social		1.650.000	
Reservas de Capital		22.232	
Reservas de Lucros		1.727.817	
Outros Resultados Abrangentes	2c II	564	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		8.945.683	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		306.550	480.194
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Outros		306.550	480.194
Despesas da Intermediação Financeira		(98)	(1.910)
Empréstimos e Repasses		(98)	(1.910)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		306.452	478.284
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(12.645)	(38.859)
Receitas de Prestação de Serviços	2c V, 4	638.321	1.287.450
Despesas de Pessoal		(125.555)	(246.947)
Outras Despesas Administrativas	5a	(437.918)	(885.060)
Despesas de Demais Provisões		1.216	(232)
Provisões Cíveis		(211)	(288)
Provisões Trabalhistas		1.439	80
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		(12)	(24)
Despesas Tributárias	2c IV, 6a II	(82.578)	(162.779)
Resultado de Participações em Investidas		3.537	5.214
Outras Receitas Operacionais		29.889	42.059
Outras Despesas Operacionais	5a	(39.557)	(78.564)
Resultado Operacional		293.807	439.425
Resultado não Operacional		(99)	(143)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		293.708	439.282
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c IV, 6a I	4.204	(34.677)
Devidos sobre Operações do Período		(12.860)	(49.930)
Referentes a Diferenças Temporárias		17.064	15.253
Participações no Lucro	8b	(2.634)	(5.382)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		295.278	399.223
Quantidade de Ações	7a	33.853.542	33.853.542
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		8,72	11,79

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE <i>(Em milhares de reais)</i>			
		01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo)		295.278	399.223
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		139	244
Investidas		139	244
Total de Outros Resultados Abrangentes		139	244
Total do Resultado Abrangente		295.417	399.467

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhares de reais)*

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		307.076	447.095
Lucro Líquido / (Prejuízo)		295.278	399.223
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):		11.798	47.872
Depreciações e Amortizações		33.571	67.250
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		940	2.001
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		(537)	2.086
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(1.217)	(2.263)
Tributos Diferidos		(17.064)	(15.253)
Resultado de Participações em Investidas		(3.537)	(5.214)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(358)	(735)
Variações de Ativos e Passivos		(386.201)	434.731
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(122.910)	384.587
Títulos e Valores Mobiliários		3.412	(142.091)
Ativos Fiscais		36.906	37.626
Outros Ativos		(112.457)	(1.614.253)
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		24.007	39.113
Obrigações Fiscais		108.236	149.227
Demais Provisões e Outros Passivos		(259.789)	1.670.526
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(63.606)	(90.004)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(79.125)	881.826
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		358	738
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado		-	(7)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		358	731
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(78.767)	882.557
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.254.479	293.155
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c I	1.175.712	1.175.712
Disponibilidades		21.153	21.153
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		226.226	226.226
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada			928.333

II - Despesas Tributárias

Estão representadas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

• Outras Partes Relacionadas - participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A., destacando-se: Alpargatas S.A.

NOTA 7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a) Capital Social			
Está representado por 33.853.542 ações nominativas, sem valor nominal.			
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de 30/04/2025, foi deliberado aumento do Capital Social, mediante capitalização de Reservas Estatutária no montante de R\$ 50.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo BACEN em 27/05/2025.			
b) Dividendos			
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.			
Remuneração aos Acionistas			
	01/01 a 31/12/2025		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos.....	294.380	(42.525)	251.855
Juros sobre o Capital Próprio.....	10.880	-	10.880
Juros sobre o Capital Próprio Extraordinários.....	98.748	(14.812)	83.936
	184.752	(27.713)	157.039

Provisionados.....			
Dividendos.....			
Juros sobre o Capital Próprio.....			
Juros sobre o Capital Próprio Extraordinários.....			
Os dividendos provisionados, quando aplicável, são registrados na rubrica Outros Passivos.			
c) Reservas de Lucros			
Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.			

NOTA 8 - PARTES RELACIONADAS			
a) Transações com Partes Relacionadas			
As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:			
• Controladoras - acionista direto: Itaú Unibanco Holding S.A. e sua respectiva agência em Cayman e os indiretos: Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.			
• Empresas do Grupo - participações diretas da ITAÚ CORRETORA, além das demais empresas e fundos de investimentos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.			

DIRETORIA	
Diretores	
Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel	
Badi Maani Shaikhzadeh	
Carlos Henrique Donegá Aidar	
Daniel Nascimento Goretti	
Estevão Carcioffi Lazanha	
Fabio Horta Motta Marques da Costa	
Felipe Weil Wilberg	
Horciliano Francisco Marques	
Leonard Bruno Linnnet	
Renato Bereznjak Cunha	
Rodrigo Malagoni de Castro	

Contadora	
Fabiana Palazzo Barbosa	
CRC 1SP251437/O-4	

Sede: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.500 – 3º Andar (Parte) – São Paulo - SP	
--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Aos Administradores e Acionistas	
Itaú Corretora de Valores S.A.	
Opinião	
Examinamos as demonstrações contábeis da Itaú Corretora de Valores S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).	
Base para opinião	
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada «Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis». Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
Ênfase – Informações comparativas	
Chamamos a atenção para a Nota 2 (a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 , conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis	
A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis	
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a	
auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.	
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.	
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.	
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.	
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.	
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.	
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.	
São Paulo, 11 de março de 2026	
	
pwc	
PricewaterhouseCoopers	
Auditores Independentes Ltda.	
CRC 2SP000160/O-5	
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev	
Contadora	
CRC 1SP245281/O-6	